



N.º 7

**Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Évora realizada em 18 de Outubro de 2002**

A 18 de Outubro de 2002, reuniu, pelas 20h30m, nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a integrar a empresa “Valamb – Valorização de Resíduos e Ambiente, EIM”, a constituir conjuntamente com outros 12 municípios do Distrito de Évora.**
2. **Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a vender em hasta pública 32 lotes de terreno para construção no Concelho de Évora (9 no Bairro da Malagueira; 2 no Bairro do Monte Redondo e Torrão; 1 em Valverde; 8 em S. Miguel de Machede; 2 no Bairro das Coronheiras; 1 no Bairro do Bacelo; 4 no Bairro do Granito; 1 no Bairro dos Canaviais; 2 no Bairro de Almeirim; 1 no Bairro da Senhora da Saúde; 1 no Parque Industrial e Tecnológico de Évora ).**
3. **Deliberação sobre o requerimento de isenção de sisa formulado pela empresa “Celeste Barbosa – Serviços de Contabilidade e Gestão Lda”, relativamente à aquisição de prédio urbano para desenvolvimento da sua actividade.**
4. **Deliberação sobre a composição e mandato do grupo de trabalho a constituir para elaboração de proposta de critérios, a observar pela Assembleia Municipal de Évora em futuras deliberações sobre requerimentos para isenção de pagamento do imposto de sisa, nos termos da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro.**

**Constituição da Mesa:**

**Presidente** – Dr. Luís Manuel Capoulas Santos

**1º Secretário** – Sr.ª D.ª Maria Helena dos Santos Costa (Em substituição de José da Silva Costa Russo)

**2º Secretário** – Dr. João Luís Latas Lázaro

**A Câmara Municipal fez-se representar por:**

**Presidente** – Dr. José Ernesto d’Oliveira

**Vereador** – Sr. Vereador João Libório



Vereadora – Sr.<sup>a</sup> Vereadora Fernanda Ramos

## Ordem do Dia:

### **Ponto 1 – Proposta para autorizar a CME a integrar a empresa GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM.**

Neste ponto, por não ter sido aceite o nome de identificação da empresa intermunicipal de RSU, como VALAMB Valorização de Resíduos e Ambiente, EIM tornou-se necessário proceder à sua substituição, pelo que a partir deste momento a empresa passará a ter como nome de identificação GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM.

O Presidente da CME toma a palavra: “A CME propõe à AME que emita um parecer favorável, nos termos do n.º 1 da alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Dezembro, por forma a que a Associação de Municípios do Distrito de Évora possa criar a empresa intermunicipal GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM.

*Esta é uma empresa, que se revela da máxima importância a sua constituição, na nossa área de parceria com os outros municípios que integram o Distrito de Évora. É uma empresa que irá gerir, sob o ponto de vista económico-financeiro, e também sob o ponto de vista técnico, todo o sistema de recolha e de acondicionamento, tratamento e valorização e reciclagem dos resíduos sólidos, do nosso Distrito e do nosso Município.*

*Muitos dos problemas que actualmente atravessam a direcção técnica do aterro intermunicipal, situado na área de Valverde, com esta empresa irão ser resolvidos. Este modelo intermunicipal foi um modelo decidido no mandato anterior, ao qual nós damos sequência, e aquilo que é suscitado á AME é que de acordo com a documentação que foi distribuída, se revela de particular importância que esta empresa seja constituída, e o município de Évora tenha um interlocutor legítimo para poder articular a componente financeira da evolução deste assunto, como também pedir a sua responsabilização técnica pela gestão deste equipamento. É uma questão prioritária também devido ás questões ambientais, que são uma prioridade para o nosso município, na medida em que são um dos pilares onde assenta a estratégia de qualificação do nosso município, e é o que vai permitir a recolha selectiva, como o tratamento, acondicionamento e a possível reciclagem dos resíduos, tem um quadro de competências que desejamos ver rapidamente instituído, porque da sua execução resultarão benefícios para o ambiente.”*

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. João Valverde:** “Quero agradecer à CME de participar nesta empresa, e penso que é importante para a Junta de Freguesia, devido ao que ainda se passa na freguesia, pois até há pouco tempo havia lixo destapado, havia “montes” de máquinas de lavar e baterias, oferecendo um mau ambiente e mau cheiro. A Freguesia da Tourega espera agora que com esta nova empresa o lixo seja bem tapado a tempo e a horas, que os carros sejam lavados



para que ao saírem do aterro não cheirem mal, para que seja um aterro de facto, para que não se prejudique o ambiente onde vivemos.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “Nós regozijamo-nos pela participação da CME nesta empresa intermunicipal, gostaríamos no entanto de chamar a atenção para 2 aspectos sobre os quais se deve ter atenção: o primeiro, é que o aterro é de resíduos sólidos urbanos e não de resíduos industriais, nem de inertes, e se existe isso há a necessidade de intensificar a fiscalização para que tal não aconteça; o segundo ponto tem a ver com os problemas que existiram com o concurso, mas gostaríamos que se fizesse um esforço na colocação dos ecopontos para que a recolha selectiva seja um facto.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Acácio Alferes:** “A bancada do PS também vai votar favoravelmente a integração da CME na empresa GESAMB, porque temos todo o interesse que a empresa funcione bem, esperamos que a empresa seja constituída e entre em funcionamento para que os problemas que o Sr. João Valverde e o Dr. Jorge Lourido referiram sejam endereçados a quem de direito, ou seja à GESAMB.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Rui Rosado:** “Queria sublinhar um aspecto particularmente importante nesta matéria dos resíduos sólidos e do lixo em geral. A questão da sensibilização da população é um trabalho muito importante a fazer, e que faz parte do projecto que nos é apresentado, porque em matéria de lixos urbanos, em matéria de qualidade ambiental e em matéria de património geral da comunidade há um trabalho muito longo, profundo e continuado a fazer para que todos participemos na qualidade do ambiente. Havendo necessidade de uma correcta adesão ao sistema e uma responsabilização pela sua eficácia. Sublinho ainda o trabalho a efectuar na população escolar, por forma a envolver toda a população na qualidade do ambiente, porque esta só é possível com a participação de todos e se considerar o ambiente um património que a todos pertence.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da CME:** “A propósito da intervenção do deputado municipal Jorge Lourido, que me parece oportuna, a CME entende ser seu dever neste momento informar a assembleia de uma situação grave que o nosso município atravessa que tem a ver com a não existência de um aterro para os lixos industriais banais, e para os lixos derivados da indústria da construção civil, e até agora, e por razões particulares da gestão técnica da Associação de Municípios sobre as condições de funcionamento do aterro, tem sido possível o aterro receber uma parte significativa destes resíduos de inertes ao que corresponde fundamentalmente os desperdícios da indústria da construção civil, a título de matéria necessária para a cobertura do lixo orgânico que é depositado no aterro. A Direcção Regional do Ambiente fez chegar à CME uma decisão segundo a qual não permite mais essa situação, por razões técnicas a CME compreende a posição da DRA, mas não conseguimos compreender que a mesma nos tenha chumbado uma proposta de uma empresa, que com o apoio da CME, que queria constituir em Évora um aterro para resíduos industriais banais, não tóxicos e não orgânicos, e a DRA deu-nos um parecer negativo a essa possibilidade. Neste momento existe um problema sério a resolver, que consiste na constituição na área do nosso município de um aterro para resíduos industriais banais, que estamos neste momento a ponderar na revisão do Plano Director Municipal, e que provavelmente virá nesse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

conjunto de propostas a ponderar pela assembleia municipal. O antigo aterro para este tipo de materiais que funcionava nas traseiras da zona da Barraca de Pau, não tem condições para continuar a funcionar, também por determinação da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento, pelo que estamos confrontados com uma situação difícil, que queríamos ver rapidamente resolvida, fica deste já a assembleia municipal informada do mesmo.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal José Mateus:** “Na continuação do que diz o Sr. Presidente da CME, eu no outro dia dirigi-me á Direcção Regional do Ambiente a perguntar onde é que se poderia depositar os entulhos das obras, a resposta que me foi dada é que em Évora não há nenhum local para o efeito nem em mais nenhum local do Alentejo, e a técnica que me informou é que talvez Setúbal venha a ter um aterro. A situação é grave e leva a que exista entulho por todo o lado, na Freguesia do Bacelo em qualquer espaço livre existe entulho.”

**O Sr. Presidente da Assembleia** diz que apesar do assunto em discussão ser conexo com a ordem do dia, não tem propriamente a ver com o objecto da deliberação a tomar, pelo que não havendo mais pedidos de inscrição passar-se-á à votação.

### **O PRESIDENTE DA AME PROCEDE À VOTAÇÃO:**

**APROVADO POR UNANIMIDADE a criação da empresa GESAMB -Gestão Ambiental e de Resíduos EIM, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora.**

### **O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DÁ INÍCIO À CHAMADA:**

Luís Manuel Capoulas Santos – Presente

Lino António Marques de Carvalho – Substituído por Luís Filipe Santos Varela

Acácio Monteiro Alferes – Presente

Carmen Dolores Pirra Balesteros – Presente

Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho – Não está presente

Raimundo do Céu Cabral – Presente

José Joaquim Palma Rita – Presente

Rui Manuel Fialho Rosado – Presente

José da Silva Costa Russo – Substituído por Carmen Maria da Assunção Cangarato

José Luís da Conceição Cardoso – Presente

Jorge maria de Fontes Alferes Lourido - Presente

António Manuel Soares Serrano – Não está presente

Celino José Rodrigues da Silva - Presente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Rui Manuel Boleta Grilo – Não está presente

Maria Augusta Portas Pereira - Presente

João Carlos Garcia Andrade Santos – Substituídos por Maria Helena Quintas Zuber

Luís Pereira Carmelo – Presente

Maria Helena dos Santos Costa - Presente

Nuno Miguel Botas Lino – Presente

João Luís Latas Lázaro – Presente

Carlos Jorge Pires Percheiro - Presente

António José Ventura Ramos - Presente

Luís José Pimpão Pasadas – Presente

Maria Helena Azevedo Teixeira da Silva – Presente

José Manuel Mateus - Presente

Baltazar João Avó Damas - Presente

Maria Luísa Palma Baião - Presente

Victor Jaime Ribeiro dos Santos – Substituído por António Branco Filipe

Estevão Catarino dos Reis Bicho - Presente

Isidro José de Oliveira Lobo - Presente

Francisco José Remanga Estevão – Não está presente

José Vitorino Piteira - Presente

João José Valverde - Presente

João Leocádio Ricardo - Presente

António Manuel Fialho Russo – Presente

José Carlo Bravo Nico - Presente

Maria Gabriela Caixeiro Martins da Silva – Não está presente

Miguel Galvão Garcia Chumbo – Substituído por Joaquim Manuel Calado Janeiro

João Manuel da Horta Rodrigues – Substituído por Manuel Inácio Nunes Henrique

Jerónimo António Coelho Mendes – Presente

### **Ponto 2 – Deliberação para autorizar a CME a vender em hasta pública 32 lotes de terreno para construção no Concelho de Évora.**

**O Sr. Presidente da Assembleia** esclarece que a matéria referente a este ponto foi a matéria que justificou, de acordo com o pedido da CME a realização extraordinária desta reunião.

Acta n.º 7 da sessão extraordinária de 18 de Outubro de 2002

5



**O Sr. Presidente da Câmara** teve oportunidade de explicar ao Sr. Presidente da Assembleia a urgência que tinha nesta deliberação, uma vez que da venda ou não destes lotes depende muito a situação de equilíbrio financeiro da CME até ao final do ano, e explicitou também a necessidade e urgência da deliberação, incluindo a necessidade de publicitação para que a hasta pública, caso a assembleia venha a deliberar favoravelmente possa ter lugar o mais rapidamente possível.

**O Sr. Presidente da CME toma a palavra:** “As razões de urgência de deliberação deste ponto são de três ordens, em que a primeira tem a ver com a necessidade de realizar receita prevista em orçamento, e que é essencial à estabilização financeira da CME, nomeadamente tendo em conta que o mês de Novembro é um mês particularmente pesado para a contabilidade autárquica uma vez que são pagos os salários e o respectivo subsídio de Natal aos funcionários. A segunda tem a ver com a natureza dos lotes que são colocados à venda, são lotes municipais que integraram o património municipal por operações urbanísticas que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo de muitos anos, e que correspondem pela sua natureza e sua localização a uma necessidade de resposta com grande carácter de urgência às freguesias rurais e urbanas, para a disponibilização de lotes, quer para habitação quer para a instalação de pequenas empresas, normalmente comércio, que são importantes para a fixação da actividade económica e também para as famílias que têm necessidade de ver o seu problema habitacional resolvido. A terceira razão tem a ver com a necessidade da progressiva superação de uma imagem urbanística caracterizada por haver lotes devolutos, cuja utilização muitas vezes é muito utilizada para suprir dificuldades que há pouco foram aqui referidas, nomeadamente para a deposição indevida de entulhos, e que quanto mais depressa forem corrigidas essas situações corresponderá uma imagem qualificada do nosso espaço municipal. De modo que a razão de urgência é fundamentada sob estes três aspectos, a necessidade de realizar receita, a necessidade de cumprir aquilo que é uma necessidade objectiva da população e a terceira é a necessidade para contribuir por uma melhoria progressiva do nosso município, para que não haja espaços devolutos no interior de zonas urbanas já consolidadas”.

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “Face á intervenção do Sr. Presidente da CME, quase que me apetecia parafrasear dois deputados nacionais, que ultimamente têm vindo a lume, nós da Bancada da CDU não somos palermas, e penso que esta Assembleia não é o Cabaré da Cocha, isto para dizer que me parece uma grande falta de respeito perante esta Assembleia, que publicamente seja dada a conhecer uma hasta pública com data de dia 11 publicada no “Diário do Sul”, e que ainda agravando esta situação, o próprio Edital que nos vem chegar ás mãos para nós analisarmos, já vem datado de 7 de Outubro, é á partida uma tomada de posição da Câmara, do ponto de vista político, que desrespeita em grande parte esta Assembleia e os seus poderes deliberativos. Não era de certeza 8 dias, 9 dias ou 10 dias de diferença que poderiam eventualmente colocar em causa esta hasta pública, tanto mais que a própria Assembleia terá poderes para alterar a forma da venda dos Lotes, por venda directa, por acordo, por carta fechada, enfim por todos os processos possíveis para isso, é nesse sentido que a Bancada da CDU participará no debate deste ponto com um apelo que é feito aqui de forma aberta e sincera, e que não queremos partidizar, que é as várias Bancadas que aqui estão representadas nesta Assembleia, e o seu Presidente da própria Assembleia, que façam ver de uma forma clara ao Presidente da Câmara e á Vereação, que no fundo tem os diversos pelouros e tem concretamente este pelouro, que isto não é uma atitude que se possa ter perante uma Assembleia, é uma situação inédita e de desrespeito claro



do ponto vista político perante a Assembleia, e nós participaremos no debate, se de facto houver a consciência de que houve este ultrapassar de atribuições, e estaremos dispostos a participar, e não tem a ver com questões de partidizar, é uma questão de dar respeito a esta Câmara, e dada a importância que ela naturalmente tem.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal João Valverde:** “Queria saudar a Câmara, porque em 10 anos aparecer já um talhão de terreno à venda, uma luta da Junta de Freguesia para que isso fosse feito, e nunca tinha sido, e pela primeira vez se ouviu a Junta de Freguesia, o terreno estava ali a servir de estrumeira, de forma que penso ter sido uma medida boa, com aquilo que poderá acontecer de melhor ou pior, o que acho que é interessante é que agora se coloquem mais terrenos à venda para habitação.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Acácio Alferes:** “Depois da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, não considero que atitude possa ser interpretada por uma atitude de falta de respeito por este Órgão Autárquico. Se perguntarmos, se não devemos todos em conjunto, incluindo a Câmara, que situações destas não se repitam, acho que sim, mas falta de respeito não é, é uma questão sobretudo de forma, mas há aqui uma forte questão de conteúdo, que está logo no primeiro ponto referido pelo Sr. Presidente da Câmara, a grande dificuldade de disponibilidade financeira da Câmara, eventuais perigos de satisfazer compromissos inadiáveis para o Mês de Novembro, que é um Mês carregado, e essa condição de conteúdo é suficiente para que nós não interpretemos isso como uma falta de consideração da Câmara perante a Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal é soberana, não podendo contrariamente ao que disse o Sr. Jorge Lourido “a gente não pode alterar a forma de venda de lotes, e de acordo com a lei a gente tem de aprovar ou reprovar”, mas eu suponho que dada a explicação do Sr. Presidente da Câmara esta Assembleia deve, aceitar a recomendação de que não se repitam situações destas, deve votar favoravelmente esta autorização de hasta pública.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Estevão Bicho:** “A Freguesia dos Canaviais quando teve conhecimento deste Edital, está de acordo que este Lote que existe na Freguesia dos Canaviais seja vendido, como todos os outros que lá existem sejam vendidos, há no entanto uma grande preocupação e até descontentamento nos munícipes na Freguesia dos Canaviais ao olharem para este Edital, e verem que uma Freguesia a 5 Km do centro da Cidade é a que tem o lote mais caro de todos os lotes que aqui estão colocados à venda, 71 867 Euros, creio que o que há aqui mais alto são de 54 mil Euros no Bairro de Almeirim, é claro que me vão responder que isto tem a ver com a área, com a empresa que fez o estudo do preço para chegar a este valor, mas acho que também há uma decisão política a tomar, não é só a da própria empresa, e essa decisão política tem a ver com aquilo que foi oferecido e dito aos munícipes, que se ia baixar o preço dos lotes, e afinal com aquilo que nós aqui vimos, eu o que digo hoje disse-o no passado, também contestei no passado o posto dos lotes nos Canaviais, contestou a Junta de Freguesia e contestaram os munícipes, e agora ficamos surpreendidos porque o preço continua a ser dos mais altos que há dentro da cidade de Évora. Outra preocupação com que ficamos é que juntamente logo a este lote na mesma rua há mais 5 lotes da Câmara para vender, e que em Julho passado mandei uma carta que dizia “Limpeza de lixos sólidos e pastos”, com uma fotografia anexa, e hoje antes de vir para a Assembleia fui lá passar e cheguei á triste conclusão que se encontram na mesma situação. Sr. Presidente, quero saber, para comunicar aos munícipes da Freguesia dos Canaviais e à Assembleia de Freguesia que vou ter



na próxima Quarta-feira, e que lhe vou dar conhecimento desta situação em que nos encontramos. Aquilo é limpo ou não é? E quando é que é? Os lotes que lá ficam anexos quando é que vão ser vendidos? E se vão continuar a ser preços desta natureza?”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “É para de alguma forma recentrar a colocação deste ponto, eu aliás tinha pedido de imediato a palavra para que a minha intervenção fosse anterior à da própria Câmara para não dar lugar a um debate concreto do ponto, porque nós condicionamos a nossa participação na Assembleia e neste ponto à tomada clara de posição de repúdio por uma atitude de desrespeito por esta Assembleia. O repto que fiz foi dirigido às várias Bancadas, já sabemos a posição que o Porta Voz da Bancada do PS tomou, fiz também o repto à outra Bancada e ao próprio Presidente da Assembleia, porque nos parece de facto uma situação que nunca mais se pode repetir, porque não é apenas uma questão de forma, é uma questão de política de princípio, e eu disse á bocadinho a brincar que nós não somos palermas, e continuo a dizer, e quem for que enfie a carapuça, e esta Assembleia não é o cabaré da cocha, e neste sentido parece-me que antes do debate desta questão deve este repúdio ser manifestado, para nós continuarmos e discutirmos em concreto o ponto, ou então abandonamos a sala e deixar quem quiser discutir o ponto.”

**O Sr. Presidente da AME relembra que explicou no início da Sessão as razões que determinaram a convocatória e tal procedimento por parte da Câmara, e que** “do ponto de vista estritamente formal, a Assembleia Municipal não foi beliscada em nenhuma das suas competências, pelo que pode exercê-las em total plenitude sem se sentir condicionada pela Câmara pelo facto de esta ter feito publicar um anúncio, anunciando uma hasta pública. Do ponto de vista das nossas competências não me parece que haja alguma limitação, do ponto de vista de alguma cortesia recíproca, se as circunstâncias determinantes para rapidamente realizar receita não se impusessem com o dramatismo que se impõem, penso que seria mais adequado que o anúncio fosse publicado depois da deliberação da Assembleia Municipal. Mas creio que ficou claro aquando da minha primeira intervenção, o carácter excepcional e as razões que o determinam, tendo em conta que estamos no início de um mandato e que o conjunto de questões complexas se foram sobrepondo sucessivamente, penso que não seja matéria que leve a abrir aqui um foco de conflito.

O Sr. Deputado Jorge Lourido far-me-á justiça de eu ter vindo a fazer tudo o que me é possível para dignificar e demonstrar a autonomia deste Órgão, e penso que devemos ir mais longe, basta verificar a minha intenção, e que a anunciei na última sessão, de irmos fazer um Boletim Municipal. É intenção da Mesa e de todos os Membros desta Assembleia de a dignificarem, e com o tempo acentuarem a autonomia deste Órgão relativamente à Câmara Municipal.

Houve aqui de facto um lapso, e as explicações do Sr. Presidente da Câmara, do meu ponto de vista enquanto Presidente da Assembleia Municipal, considero-as satisfatórias, penso que foi um acto ditado pelas circunstâncias sem repetição no futuro, e não penso que justifique que o debate se centre nessa matéria, mas de qualquer modo o debate é livre e darei de imediato a palavra.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da CME:** “Não é intenção da CME intervir num debate da AME que não seja apenas para disponibilizar informação e justificar as posições que a CME tomou e que o seu Presidente aqui apresenta à Assembleia Municipal, não é nossa intenção de forma alguma participar neste debate, mas como o Sr. Deputado Municipal e Presidente de Junta



Estevão Bicho referiu algumas questões concretas relativamente à CME, eu vou somente responder-lhe a essas mesmas questões que foram suscitadas.

Relativamente à questão sobre o lote que é agora colocado à venda e não os outros todos, é porque este está em condições no que respeita a todo o processo necessário afim de ser submetido a hasta pública, e os outros ainda não estão, derivam de processos de origem vária, têm momentos diferentes da sua constituição como propriedade municipal e os outros ainda não estão em condições de serem colocados à venda, e é do interesse municipal que assim que o processo de todos os outros lotes estiver em condições de serem vendidos é intenção da CME trazer à AME o pedido de autorização para alienação dos restantes lotes.

Relativamente à limpeza dos lotes que o Sr. Presidente de Junta referiu, tem sido feito algum esforço nesse sentido na sua freguesia como nas outras, mas reconhecemos que ainda há muitas situações dessas por toda a freguesia, e os meios que a CME tem não foram até agora suficientes para responder a tudo aquilo que são lotes não só municipais mas também privados que fazem parte do nosso município e exactamente por não serem utilizados e por se manterem expectantes, mantêm-se pólos de apetite de utilizações indevidas de entulho, é por isso que aqui vem hoje com carácter de urgência e excepcional este pedido à Assembleia Municipal esta venda de lotes. Em relação ao preço, o preço que aqui vem definido foi o que ficou definido no mandato anterior, e já inclusivamente no debate da CME sobre esta matéria esta questão foi suscitada, ao alterarmos agora obrigá-riamos a uma nova reavaliação dos custos dos lotes, o que demoraria mais algum tempo ou utilizarmos um trabalho que já tinha sido previamente feito e que tinha definido para cada um dos lotes um custo de avaliação, optamos com algum pragmatismo de gestão por utilizar a base de preço que tinha sido definida no mandato anterior. Não vou entrar na questão da influência ou do impacto que estes custos possam vir a ter no custo da habitação final, pensamos que há outras formas de interferir sobre a formulação de custos sobre esta matéria, mas de qualquer forma a nossa decisão foi esta e foi derivada exactamente pela mesma lógica e fundamentação com que a CME trás a esta Assembleia o pedido de autorização da venda dos lotes.”

**O Presidente da AME dá a palavra à Deputada Municipal Luísa Baião:** “Quando ouvi o Dr. Jorge Lourido, com todo o respeito que ele me merece, e quando ouvi apelidar o Acácio Alferes, com o epíteto de seguidista, eu não me considero seguidista, mas há uma coisa que não posso deixar de dizer, é que aceito a justificação do Dr. José Ernesto, e talvez a atitude dele seja justificada pela preocupação que ele tem se o dinheiro chega para o Mês e seguinte e pagar a todos. E se alguns de nós se possam sentir, que não é o meu caso, beliscados na sua dignidade enquanto políticos, quero lembrar que muitos dos funcionários da CME neste momento estarão preocupados porque conhecem a situação da CME se o seu subsídio de natal chega na altura certa, cada um de nós se deveria preocupar com o aspecto de que todos os trabalhadores desempenham aqui as suas funções tão dignamente como cada um de nós desempenha e que está posto em jogo o que deveriam receber e que lhes é necessário para o seu dia dia.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Branco Filipe:** “Deste tempo todo que não tenho feito parte da Assembleia parece-me que isto não evoluiu muito, pensava que tivesse melhorado e vejo que não. A intervenção do colega Jorge Lourido veio-me desgostar. Pensava que estivesse-mos a tratar de coisas concretas, o único caso que aqui houve que fosse concreto foi o caso que o Sr. Estevão Bicho apresentou, o Sr. Presidente da CME já se penitenciou, porque é que o colega Jorge Lourido está a fazer disto uma caso político? Analisámos isto e votamos ou não



votamos. Mais antidemocrático foi a ameaça do Deputado Jorge Lourido de que abandonava a sala, e isso é que é antidemocrático. Nós temos de trabalhar a bem da população, e as intervenções devem ser ponderadas. Deixemos de estar a criar aqui factos políticos para protelar o assunto ou inviabilizá-lo.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal João Valverde:** “Depois de ouvir o Sr. Presidente da CME vi que não havia nenhum desrespeito por esta Assembleia porque o processo foi trazido aqui à Assembleia. O que me causa admiração é que quando foi para aprovar um projecto muito grande como foi o do Aterro para a cidade de Évora, nunca veio a esta Assembleia para ser aprovado e discutido, e quando eu referi isso na altura, alguns daqueles que estão agora aqui a falar de desrespeito pela Assembleia, na altura riram-se do que eu disse sobre trazer o assunto aqui à Assembleia.”

**O Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Celino Silva:** “Eu acho que é um péssimo princípio a Câmara avançar com decisões sem esperar pela decisão da Assembleia Municipal em matéria de exclusiva competência da Assembleia Municipal, escusamos de estar a discutir os argumentos morais em relação a esta questão, vamos discutir no plano legal, o Sr. Presidente da Assembleia não pode sob o ponto de vista legal aceitar que a Câmara que com argumentação legal, avance com a hasta pública, o que significa a venda ou cedência de património municipal, e que tem que obrigatoriamente passar pela Assembleia Municipal.

Em relação á questão da legalidade, tendo em conta que isto é competência exclusiva da assembleia e a câmara avançou antes da deliberação da assembleia, se por acaso este processo for impugnado judicialmente, onde é que estão os argumentos morais ou políticos para legitimar esta atitude da câmara de anunciar uma hasta pública com datas e prazos relativamente a uma matéria que tem forçosamente que passar pela assembleia municipal? Se isto for impugnado judicialmente, como é que o Sr. Presidente da Assembleia com o regulamento, ou com a legislação defende isto? Como é que exerce o seu papel de primeiro responsável deste órgão perante uma situação destas, e como é que o Sr. Presidente da Câmara responde perante uma impugnação judicial de um processo destes?”

**O Sr. Presidente da AME** lembra que todos se encontram ali reunidos para o pleno uso dos seus direitos sobre todas as matérias, e a deliberação não tem nada a ver com o edital que a câmara publicou, e se a deliberação for favorável, a hasta pública tem lugar no dia 30 de Outubro, se a deliberação for desfavorável a hasta pública é anulada, assim sendo, a Assembleia não está beliscada no seu poder decisório, nem esta decisão, por este facto, é passível de qualquer tipo de impugnação, sendo este assunto bastante claro para a Mesa.

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Acácio Alferes:** “Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se existem ou poderão haver dificuldades para a satisfação de necessidades financeiras para pagar os ordenados aos trabalhadores da Câmara?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Palma Rita: *“Eu penso que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal centrou bem o que aqui estamos a fazer hoje, isto é, estamos*



*numa Assembleia Municipal que foi convocada extraordinariamente para deliberarmos sobre a realização da hasta pública ou não, independentemente do facto mais ou menos político, dependendo da importância que lhe dermos, da publicação do anúncio, já foram dadas as explicações da Câmara, entendemos que houve aqui um lapso por parte da Câmara Municipal, foram feitos reparos para que este facto não se volte a repetir, foram manifestadas opiniões por parte dos Presidentes das Juntas de congratulação em relação às vendas dos lotes, não vejo por isso que venha mal ao mundo um anúncio de realização de uma hasta pública e que agora a Assembleia Municipal tem todo o poder para deliberar se a mesma se vai realizar ou não, penso que este é o ponto central da questão.”*

**O Sr. Presidente da AM dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “Queria colocar duas questões, uma é que não é a posição da Assembleia que estamos aqui a colocar em causa, aliás nós dissemos que participaríamos no debate e na votação, desde que houvesse da parte da Assembleia um claro repúdio desta posição da Câmara, o que repudiamos é a Câmara ter anunciado uma hasta antes de ela estar autorizada pela própria Assembleia. A Bancada da CDU faz um requerimento à Mesa, para saber se face às presenças existentes na Assembleia, se a saída da bancada continuaria a dar *quorum* para a votação deste ponto, mas se a nossa saída implicar a quebra de *quorum*, nós ficaremos mas não participaremos mais na discussão deste ponto e abstemo-nos na votação.”

**O Sr. Presidente da AME diz que independentemente de questões de natureza de aritmética, os trabalhos continuam, e quem entender que não fica sai, quem entender que deve continuar fica.**

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Bravo Nico:** “Queria referir que em relação a este aspecto sou sensível a alguns argumentos da Bancada da CDU, mas também sou bastante sensível às explicações que me foram dadas pela Câmara Municipal, e essa questão de princípio está resolvida. Existe ainda uma questão muito importante e que diz respeito á minha própria freguesia. Existem uns quantos lotes a serem colocados á venda na Freguesia de S. Miguel de Machede, e eu gostava de dizer a todos os que vivem em S. Miguel de Machede que a venda desses lotes, que há tantos anos ansiamos, foram consequência de uma decisão de todos os que aqui os representam. Sendo esta uma decisão de estratégia para o desenvolvimento da minha freguesia, não gostava de ter de dizer á população de S. Miguel de Machede que esta decisão quando foi tomada metade da assembleia que os representa abandonou os seus lugares, e em nome das pessoas que vivem não só na minha freguesia mas também na freguesia dos Canaviais, Malagueira e de outras que aqui constam, que decidamos rapidamente a venda dos lotes, queria ainda fazer uma sugestão á CME, para que não faça da venda de lotes uma solução financeira dos seus problemas, mas antes uma questão de estratégia urbana.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “Face à disposição das diversas bancadas e tendo o máximo respeito por esta Assembleia e pelos munícipes que nós representamos, a bancada da CDU não se retirará porque ao retirar-se quebrará o *quorum* da Assembleia, mas não participaremos mais na discussão deste ponto, e participaremos na votação com a abstenção em relação ao mesmo.”



**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal José Piteira:** “É evidente que não irei abandonar a Assembleia, mas não posso aceitar que se façam chantagens e se ponham os trabalhadores da CME acima de qualquer suspeita em termos dos seus salários, evidentemente que eles estão garantidos, agora fazer depender da venda dos lotes os salários dos trabalhadores da CME não acho correcto.”

### **O PRESIDENTE DA AME PROCEDE À VOTAÇÃO:**

**15 abstenções, 1 voto contra e 21 votos a favor.**

### **O Deputado Municipal Estevão Bicho faz uma declaração de voto:**

“O meu voto contra é devido ao custo do lote que está a ser vendido na Freguesia dos Canaviais.”

Ponto 3 - Deliberação sobre o requerimento de isenção de sisa formulado pela empresa “Celeste Barbosa – Serviços de Contabilidade e Gestão Lda”, relativamente à aquisição de prédio urbano para desenvolvimento da sua actividade.

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “A Bancada da CDU tem por diversas vezes feito intervenções por nos parecer estranho que este tipo de decisão passe directamente para a Assembleia e não passe pelo órgão executivo, e devido ao conjunto da legislação existente, nos suscita essa preocupação de que estamos a cometer alguma ilegalidade na aprovação destas isenções, isto porque esta Lei n.º 171/99 de 18 de Setembro indica que a deliberação é do órgão deliberativo mas depois todo o conjunto de legislação e relativo às autarquias, quer se trate da Lei das finanças locais quer a 5-A de 2002 de 11 de Janeiro, fazem depender de qualquer aprovação a todo o tipo de pagamentos de uma primeira análise. Em vez de estarmos aqui a aprovar esta decisão, devíamos sujeitar estas decisões a uma consulta à Direcção Geral da Administração Autárquica, parece-nos que seria útil para a Assembleia fazer esta diligência em primeiro lugar. Em função da tomada de posição da DGAA, passávamos a proceder conforme essa posição. Pensamos que esta questão prévia resolveria esta situação.”

**O Sr. Presidente da AME** recorda que este debate já teve lugar noutras reuniões, não fazendo sentido estar agora a repeti-lo. Refere ainda que em processos anteriores se pediu pareceres jurídicos aos serviços jurídicos da Câmara, e estes deram a interpretação de que é uma deliberação exclusiva da Assembleia. Diz ainda que: “seguimos esse procedimento até à última Assembleia, onde o debate nos levou a todos a reflectir sobre o assunto, e considerámos a necessidade de critérios a ter em conta nos processos, tendo sido dada orientação à Mesa na última reunião da Assembleia da criação de um grupo de trabalho que pode fazer as consultas que entender necessárias, e que pode propor um conjunto de normas para que no futuro a Assembleia se parametrize dentro delas de modo a tomar decisões. Tratando-se de um assunto onde já foi tomado determinado procedimento até ao momento, e que já foi tomado relativamente a outras pessoas, acho que seria profundamente injusto sujeitar este caso a um tratamento diferente perante o mesmo quadro de critérios que prevaleceu até agora. Quando agendei este ponto, pareceu-me que a decisão deste caso deveria ser tomada nos termos em



que foram os outros até agora, e que se hoje, for aqui deliberado que se constitua um grupo de trabalho com mandato durante um determinado período, essa deliberação pode ser acompanhada da deliberação que até que esse grupo de trabalho se pronuncie nenhum outro processo venha aqui a discussão. Penso que este assunto deve ser clarificado, agora não acho correcto estarmos a dar um tratamento diferente a este do que demos aos outros.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Palma Rita:** “A minha intervenção vem ao encontro da do Sr. Presidente, e penso que o grupo de trabalho a constituir devesse tratar não apenas de estabelecer um conjunto de critérios em relação aos pedidos, mas também sobre aquilo que o Dr. Jorge Lourido referiu, que são as normas e os procedimentos que devem ser seguidos na tramitação destes processos, o grupo de trabalho deverá ter como mandato exactamente isso. A minha proposta é no sentido de suspender a análise ou suspender a deliberação dos processos até o grupo de trabalho ter estabilizado este conjunto de normas e de critérios.”

**O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido:** “A questão central terá que ser a de resolver em primeiro lugar esta questão, independentemente de a Assembleia depois encontrar critérios próprios que podem ser divergentes ou até confluentes. Estamos continuamente a dar a aprovação a um conjunto de pedidos que poderão ter falhas em alguns destes aspectos.”

#### **O SR. PRESIDENTE DA AME PROCEDE À VOTACÃO:**

**Aprovado com 19 votos favoráveis e 17 abstenções.**

**Ponto 4 - Deliberação sobre a composição e mandato do grupo de trabalho a constituir para elaboração de proposta de critérios, a observar pela Assembleia Municipal de Évora em futuras deliberações sobre requerimentos para isenção de pagamento do imposto de sisa, nos termos da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro.**

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Rui Rosado: “**O grupo dos deputados do Partido Socialista gostaria de indicar para este grupo de trabalho os colegas António Serrano, Vítor Santos, João Lázaro e Nuno Lino.**”

**O Sr. Presidente da AME diz que antes de se indicar os nomes se deveria discutir qual o número de membros desse grupo de trabalho, qual o seu mandato e o calendário para apresentar o seu trabalho.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**O Deputado Municipal Rui Rosado toma a palavra:** “Proponho que sejam estes nomes e que o grupo tenha a paridade que compôs os últimos grupos de trabalho, 4 do Partido Socialista, 2 da CDU e 1 do PSD. Naturalmente devem debruçar-se sobre a elaboração de uma proposta de critérios conforme está explicitado na ordem de trabalhos e naturalmente se pudessem apresentar uma proposta até à próxima Assembleia seria desejável.”

**O Sr. Presidente da AME** solicita que as propostas de cada Grupo Parlamentar cheguem por escrito à Mesa, e passa a concluir: “Existe uma proposta na Mesa, que propõe que o Grupo de Trabalho seja composto por 7 membros com o objectivo de apresentar uma proposta de critérios segundo os quais ficariam condicionados os futuros pareceres a emitir por esta Assembleia, e que o prazo para elaboração desse trabalho seja até à próxima Sessão da AME, que em princípio será no Mês de Novembro ou de Dezembro.”

### **O Sr. PRESIDENTE DA AME PROCEDE À VOTAÇÃO:**

**Aprovado por Unanimidade.**

**O Sr. Presidente da AME** pergunta se alguém do público pretende fazer uso da palavra, e como nenhum dos presentes pretende fazer uso dessa possibilidade, passa a colocar à votação em minuta a acta, que foi aprovada por unanimidade.

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1º Secretário** – José da Silva Costa Russo

**2º Secretário** – João Luís Latas Lázaro

**(Acta aprovada, na sessão de 21/02/03, por maioria e 9 abstenções)**